

**CONTRATOS DE LIVROS PARA O ENSINO DA LEITURA
E DA ESCRITA DO PROGRAMA DO LIVRO DIDÁTICO PARA O ENSINO
FUNDAMENTAL – PLIDEF (1972)¹**

Mônica Maciel Vahl
Cícera Marcelina Vieira
Eliane Peres
Universidade Federal de Pelotas - UFPel

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discutir a produção de livros didáticos para o ensino da leitura e da escrita editados através do *Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental* (PLIDEF) do *Instituto Nacional do Livro* no ano de 1972. Os dados foram coletados a partir de documentos oficiais como Leis, Decretos e Termos de Contrato. Os resultados da pesquisa indicam a realização de quarenta e dois contratos para a publicação de livros didáticos para o ensino da leitura e da escrita entre o Instituto Nacional do Livro e as editoras privadas. Os dados também evidenciam a presença de alguns ‘fenômenos editoriais’ como o material “Caminho Suave” de Branca Alves de Lima.

Palavras-chave: Livros didáticos para o Ensino da Leitura e da Escrita, Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental, Instituto Nacional do Livro.

**TERMS OF AGREEMENT OF TEXTBOOKS FOR TEACHING READING
AND WRITING OF THE PROGRAMA DO LIVRO DIDÁTICO PARA O ENSINO
FUNDAMENTAL – PLIDEF (1972)**

ABSTRACT

This paper aims at discussing the production of textbooks for teaching reading and writing published through the *Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental* (PLIDEF) of *Instituto Nacional do Livro* in the year 1972. Data were collected in official documents as Laws, Decrees and Terms of Agreement. Results of the research indicated the realization of forty-two contracts for the publication of textbooks for teaching reading and writing between the Instituto Nacional do Livro and private publishers. The data also reveal the presence of some ‘publishing phenomenon’ as the "Caminho Suave" material of Branca Alves de Lima.

Keywords: Textbooks for Teaching Reading and Writing, Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental, Instituto Nacional do Livro.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os estudos históricos passaram, nos anos recentes, por um processo de significativo alargamento, tanto em termos de objetos, como de abordagens e metodologias, acrescentando novas perspectivas à escrita da história. Mais especificamente, na história da educação ocorreu um deslocamento do foco das investigações, que anteriormente era fixado sobretudo nas ideias pedagógicas e nas mudanças ocorridas nos sistemas de ensino na perspectiva da ação do Estado, para temáticas relacionadas com as instituições escolares, a cultura material escolar, os processos de formação docente, entre outros.

Atualmente, as pesquisas sobre livros didáticos² procuram entender esses objetos como artefatos materiais de natureza complexa, sendo transpassadas pela indagação de “como historiar o manual escolar” (MAGALHÃES, 2006). As informações sobre esses impressos tendem a ser lacunares, o que gera uma série de incertezas como, por exemplo, “a localização de um exemplar de algum autor é fruto de um acaso ou o fato de haver um título do mesmo autor em diferentes acervos, demonstra o poder de circulação de sua obra?”, ou quem sabe “ao contrário, sua preservação deveu-se ao seu pouco uso?”, ou ainda os “livros realmente circularam nas escolas?” (FRADE e MACIEL, 2006, p. 42).

Os livros didáticos apresentam uma “natureza complexa”, apresentando múltiplas facetas investigativas. Esses materiais se constituem como um depositário dos conteúdos e das metodologias de diferentes disciplinas, sendo portadores de um sistema de valores e ideologias, bem como, uma mercadoria que acompanha as transformações nas técnicas de fabricação e as flutuações inerentes aos interesses do mercado capitalista e do Estado (BITTENCOURT, 2008).

No Brasil, especialmente, a partir da década de 1960 ocorreram modificações expressivas relacionadas com a elaboração e a produção dos livros didáticos, entre essas destacamos as transformações em seus aspectos editoriais (os livros assumem a função de compêndio e de caderno de exercícios e o processo de impressão e encadernação emprega novos procedimentos tecnológicos) e comerciais (diminuição no tempo de vida do impresso, considerado como “consumível” e sujeito a constantes acréscimos e reedições) (BATISTA, 1999, 2009).

Levando em consideração as reflexões acima, este trabalho tem como propósito abordar os contratos firmados entre o Instituto Nacional do Livro (INL) e as empresas do setor privado para coeditar livros didáticos para o Ensino de 1º Grau no ano 1972³ e discutir os contratos de livros voltados para o ensino da leitura e da escrita do INL no referido ano. Em relação aos dados da pesquisa foram utilizadas fontes escritas oficiais (Portarias, Decretos e Termos de Contrato) divulgadas no Diário Oficial da União (DOU) - Seção I⁴ e como metodologia a análise documental (CELLARD, 2010; CORSETTI, 2006; PIMENTEL, 2001).

Para uma melhor compreensão, esse texto foi organizado em quatro seções. Na primeira seção apresentamos as ações de intervenção estatal no mercado do livro didático entre as décadas de 1960 e 1970. Na segunda seção discorremos sobre os contratos firmados entre o INL e as editoras privadas para a produção de livros didáticos do Ensino de 1º Grau durante o ano de 1972. Na terceira seção discutimos os contratos dos livros didáticos voltados para o ensino da leitura e da escrita. Por fim, na quarta seção desenvolvemos algumas considerações finais.

A TRANSIÇÃO ENTRE O PROGRAMA DA COMISSÃO DO LIVRO TÉCNICO E DO LIVRO DIDÁTICO E O SISTEMA DE COEDIÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

De acordo com Hallewell (1985) a produção de impressos no Brasil foi marcada pela inflação e pelo aumento dos custos gráficos nos primeiros anos da segunda metade do século XX. Entretanto, no final da década de 1960 o setor livreiro passou por alterações, principalmente a partir do estímulo à produção em grande escala de livros didáticos subsidiada pelo Governo Federal. Entre as primeiras medidas que influenciaram esse campo estão o Grupo Executivo da Indústria do Livro (GEIL – 1959-1971) que incentivou a ampliação da comercialização e circulação de livros e o Grupo Executivo da Indústria do Papel e das Artes Gráficas (GEIPAG – 1966-1971), que através da isenção das taxas

alfandegárias para a importação de maquinário de impressão e acabamento, impulsionou a renovação do parque gráfico, fator que colaborou para o aumento do uso do sistema *offset*⁵ (HALLEWELL, 1985).

É relevante ressaltar que as ações do regime militar no que concerne a indústria editorial caracterizaram-se por uma aparente contradição entre sanções e “elogios”. Enquanto que o Ministério da Justiça proibia e vetava a edição e circulação de obras em um movimento de censura negativa e de repressão a livros considerados subversivos e/ou contrários à moral e aos bons costumes, o MEC incorporava programas de incentivos que colaborassem com a ideia de “integração nacional”, injetando dinheiro público em empresas privadas e instaurando mecanismos de controle e de censura do patrocínio do governo federal a partir de financiamentos a edições (OTERO, 2003)⁶.

Ao discutir a produção editorial de livros didáticos nas décadas de 1960 e 1970, Batista (1999) indica para a existência de um movimento contraditório no mercado editorial. As empresas modernizaram o processo de fabricação dos livros ampliando a capacidade produtiva, contudo, não obtiveram uma correspondência na demanda do mercado consumidor. Esse fator colaborou para o fortalecimento dos “laços históricos de dependência da indústria livreira com a escola e o setor didático” (BATISTA, 1999, p. 557). O estreitamento progressivo da relação entre as editoras e o Estado na publicação de livros didáticos pode ser observado na implementação de políticas públicas federais para o subsidiar esses impressos.

No ano de 1966 foi instituído o Conselho do Livro Técnico e Didático (COLTED) com a atribuição de “gerir e aplicar recursos destinados ao financiamento e à realização de programas e projetos de expansão do livro escolar e do livro técnico” (BRASIL. Decreto n.º. 58.653/1966. DOU, 20/06/1966, p. 6603). O COLTED tinha como financiamento recursos da União, da Aliança para o Progresso e de instituições nacionais. Três meses mais tarde foi criada a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (também denominada COLTED), revogando a disposição anterior (BRASIL. Decreto n.º. 59.355/1966. DOU, 05/10/1966, p. 14468).

A COLTED foi produto do convênio firmado entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Sindicato Nacional dos Editores (SNEL) e a United States Agency for International Development (USAID)⁷. A Comissão possuía a “finalidade de incentivar, orientar, coordenar e executar as atividades do Ministério da Educação e Cultura relacionadas com a produção, a edição o aprimoramento e a distribuição de livros técnicos e de livros didáticos” e “autorizar a celebração de contratos, convênios e ajustes com entidades públicas e particulares e com autores, tradutores, editores, gráficos, distribuidores e livreiros” (BRASIL. Decreto n.º 59.355/1966. DOU, 05/10/1966, p. 11468).

A partir das ações da Comissão foi instituída uma política de estímulo à produção e distribuição de altas tiragens de livros didáticos. Com o objetivo de disponibilizar cerca de 51 milhões de livros aos estudantes, em um período de três anos, o grupo de trabalho de avaliação de livros didáticos analisava critérios referentes ao autor (qualificação, formação, experiência no magistério e orientação didática), ao conteúdo do livro (tema, exatidão científica, profundidade, a organização das ideias e a adequação ao nível do estudante) e, ainda, ao material do impresso (formato, índices e ilustrações) (KRAFZIK, 2006, p. 69).

Em 1971, problemas na distribuição dos livros e escândalos envolvendo a má utilização do dinheiro público levaram a criação de uma Comissão de Inquérito encarregada de apurar as irregularidades na COLTED (BRASIL. Portaria 6-GB/1971. DOU, 19/03/1971, p. 2158). Em abril do mesmo ano o Ministério da Educação e Cultura instituiu um Grupo Tarefa composto por Ivan Pontes (Secretario da Campanha Nacional

do Livro), Maria Arruda Bacchatat (Assessora Técnica da FENAME), Bendito Carlos Gouvêa de Medeiros (Representante da COLTED na Guanabara), e Maria Helena Rangel Geordane (Assessora do INL), para avaliar a reformulação de órgãos relacionados à política do livro e do material escolar (BRASIL. Portaria nº 178/1971. DOU, 07/04/1971, p. 2682).

Dois meses mais tarde, ocorreu à extinção da COLTED e a incorporação de seu pessoal, acervo e recursos financeiros pelo INL (existente desde 1937). Através do Decreto nº 68.728, de 9 de junho de 1971, o INL ficou responsável pela formulação das diretrizes do Ministério da Educação e Cultura em relação ao programa editorial e aos planos de ação para o livro técnico e o livro didático. Dessa forma, o INL passou a coordenar e executar as atividades relacionadas a produção, a edição e a distribuição de livros técnicos e de livros didáticos e a autorizar a celebração de contratos e convênios com editores, gráficas, autores, distribuidores e livreiros (BRASIL. Decreto nº 68.728. DOU, 11/06/1971, p. 4456-4457).

O INL foi fundando durante o governo de Getúlio Vargas, por iniciativa de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde Pública. Entre suas funções originais estavam a promoção de medidas para aumentar e baratear a edição de livros no país e a organização de edições de obras que fossem de grande interesse como, por exemplo, o projeto da Enciclopédia Brasileira. Na sua concepção era “dever do Estado proteger o livro, não só promovendo e facilitando a sua produção e divulgação, mas ainda vigilando no sentido de que ele seja, não o instrumento do mal, mas sempre o inspirador dos grandes sentimentos e das nobres causas humanas” (BRASIL. Decreto-Lei nº. 93/1937. DOU, 27/12/1937, p. 25586).

Nos anos que compreendem a denominada Terceira República ou República Populista (1945-1964) o INL manteve uma posição de relativo ostracismo, com uma pequena distribuição de livros e com a formação de convênios com bibliotecas municipais. Nos anos de 1967 a 1971 voltou a atuar de maneira mais expressiva, passando a editar obras literárias em coedição, incorporando o Serviço Nacional de Bibliotecas e o acervo material e os recursos humanos da Biblioteca da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Guanabara, e criando premiações como “Prêmios Literários Nacionais”, “Prêmio Instituto Nacional do Livro de Literatura Infantil” e o “Prêmio de Pesquisa Estudantil do Instituto Nacional do Livro” (CALDAS, 2005; OTERO, 2003).

Ao observar a necessidade de controlar o mercado livreiro e selecionar obras de “real valor cultural” o governo federal gerenciava, através do INL, o sistema de coedição de livros literários. Esse sistema, ao estabelecer, convênios com empresas privadas, procurava atuar na direção do barateamento de determinados livros. De acordo com Oititica (1997, p. 151), o “Estado podia agora, sob o regime de coedição, acender ainda na fonte à linha editorial das empresas, atraindo para o INL, com a isca do subsídio, a produção contemporânea e controlando a circulação de ideias com maior eficácia”.

As editoras deveriam submeter o original com todos os dados relativos ao custo da edição e ao preço final da obra impressa ao INL, caso o material fosse aprovado, esse órgão adquiria ao menos um quinto da edição, que não poderia representar um número inferior a 5.000 exemplares. Os livros publicados em regime de coedição trariam na folha de rosto as informações “Em convênio com o Instituto Nacional do Livro – MEC” e na segunda capa o preço de venda (BRASIL. Portaria nº 307-BSB. DOU, 28/05/1971, p. 4063).

Com a transferência para o escopo do INL da definição das diretrizes do programa editorial e do plano de ação nacional acerca do Livro Técnico e do Livro Didático a produção desses materiais foi integrada ao sistema de coedição (BRASIL. Decreto nº

68.728. DOU, 11/06/1971, p. 4456-4457). A instituição de parcerias entre o setor público e privado para o estabelecimento de um regime de compra e distribuição de livros técnicos e didáticos em coedição era interessante para as editoras na medida em que permitia que mesmo antes da impressão, uma parte desses impressos estivesse vendida e paga.

O SISTEMA DE COEDIÇÃO DO INL E O PROGRAMA DO LIVRO DIDÁTICO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Os anos de 1971 a 1976, período em que esteve em vigor o sistema de coedição de livros didáticos do INL, foram marcados por um lado, pela progressiva radicalização das ações do regime civil-militar, influenciado pelo Ato Institucional nº 5, e por outro lado pela euforia causada pelo “milagre” econômico brasileiro. Em relação ao campo educacional, se fazia presente à influência dos acordos entre o MEC e a USAID e a transformação na educação básica com a instituição do ensino de 1º e 2º graus⁸ (GORENDER, 1987; DEL PRIORE e VENANCIO, 2010).

O Programa do Livro Didático do INL era financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e recebia uma complementação de verba das unidades federadas. Em um primeiro momento foram lançados, pelo INL, três subprogramas o Programa do Livro Didático – Ensino Fundamental (PLIDEF); o Programa do Livro Didático – Ensino Médio (PLIDEM) e Programa do Livro Didático – Ensino Superior (PLIDES). Posteriormente, foram acrescentados o Programa do Livro Didático – Ensino Supletivo (PLIDESU) e o Programa do Livro Didático – Ensino de Computação (PLIDECOM).

No caso do PLIDEF as editoras remetiam os exemplares dos livros didáticos ao INL. Através do INL esse material era encaminhado para o Departamento do Ensino Fundamental do MEC, que avaliava e deliberava sobre a adoção ou não dos mesmos no sistema de coedição. Em um segundo momento, a relação de livros escolhidos pelo MEC era despachada para as Comissões de Avaliação das Secretarias Estaduais de Educação que selecionavam os que mais se adequavam as suas necessidades. Por fim, o INL arrolava entre todos os títulos aprovados aqueles que haviam sido os mais solicitados pelas Secretarias Estaduais de Educação e firmava contrato com as editoras (OLIVEIRA, GUIMARÃES e BOMÉNY, 1984).

O processo de avaliação dos livros didáticos e manuais do professor do PLIDEF era feita pela “Comissão de Análise e Seleção de Livro-Texto”. Essa comissão era nomeada pelo MEC e composta por dois especialistas de cada disciplina (Linguagem, Matemática, Estudos Sociais, Ciências Físicas e Naturais e Educação Moral e Cívica). Na análise eram considerados aspectos relacionados com o conteúdo, o método de ensino, os aspectos físicos, a tipologia das letras, os auxílios visuais, a bibliografia atualizada e as indicações identificadoras. A pontuação dos impressos seguia os seguintes critérios: produção editorial (9 pontos), produção gráfica (14 pontos), produção didática (52 pontos) e manual do professor (25 pontos). Para a aprovação, os exemplares necessitavam obter no mínimo 70 pontos no total, sendo desses ao menos 53 pontos no livro do aluno e 10 pontos no manual do professor (FILGUEIRAS, 2011).

Um resumo dos contratos firmados entre o INL e as empresas privadas era publicado na Seção I - Termos de Contrato do DOU. Esse esboço do contrato divulgava as informações principais como a editora, o título da obra, os autores, a tiragem total, a tiragem do INL, a data de entrega dos materiais, o valor de venda nas livrarias, o montante pago pelo INL e o valor de multa sobre o não cumprimento dos termos. A seguir o excerto de um dos contratos da “Editora Lemi Ltda.”:

CONTRATO N° 69. Resumo do Contrato efetuado entre o Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto Nacional do Livro e a Editora Lemi Ltda., com a finalidade de publicar, em coedição, o título “Era Uma Vez um Cachorrinho Fuião”, de Elisa de Oliveira Barbosa Campos, com a tiragem total de 30.000 (trinta mil), dos quais 20.000 (vinte mil) cabem ao INL, devendo ser entregues até 20 de dezembro de 1972 e os demais serão comercializados pela editora ao preço unitário de Cr\$ 3,00 (três cruzeiros) que deverá obrigatoriamente estar afixado na quarta capa, ficando prevista como despesa total do INL para a coedição indicada o montante de Cr\$ 39.000,00 (trinta e nove mil, cruzeiros), conforme Empenho n° 601-72, de 19 de outubro de 1972, ficando ainda definida a multa de restituição em dobro da importância recebida, caso a Editora não cumpra o contrato (BRASIL. TERMOS DE CONTRATO, DOU, 30/11/1972, p. 10702-10703).

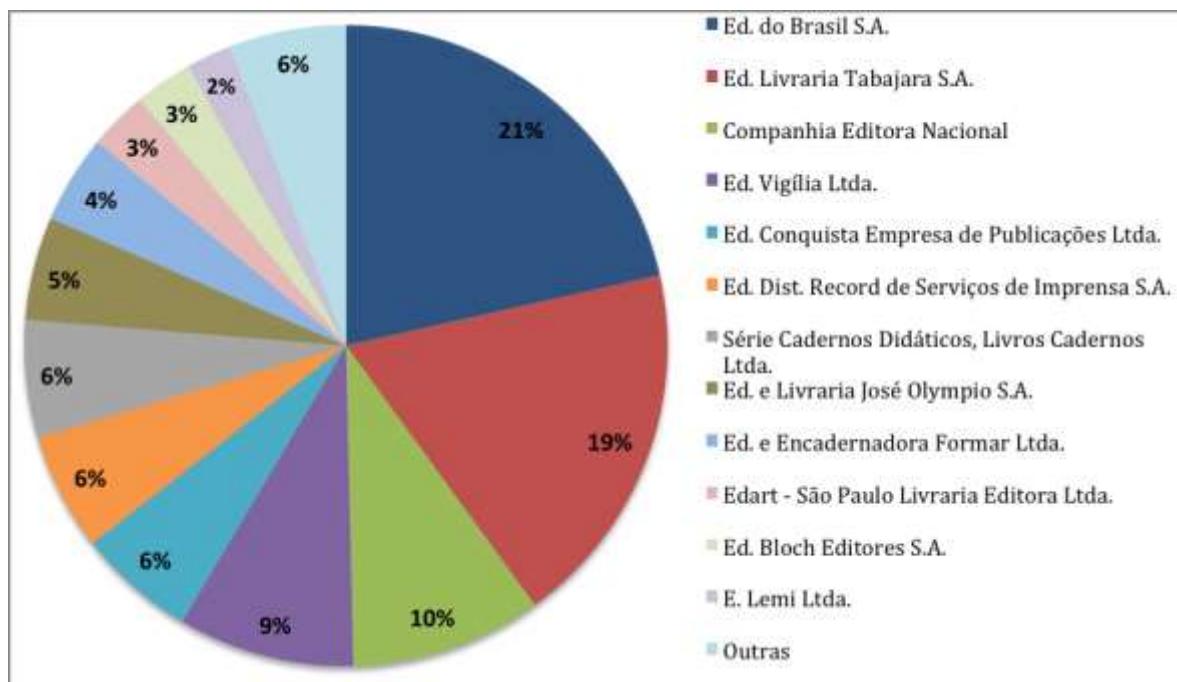
Durante o levantamento de dados foram localizados cento e trinta e cinco contratos no ano de 1972 entre o INL e empresas privadas referentes ao Ensino de 1º Grau⁹. A partir desses contratos é possível construir quadros comparativos das obras selecionadas, dos autores, das editoras, das tiragens das edições, dos valores recebidos pelas editoras entre outros aspectos. Entretanto, essa fonte não assegura que todos os livros didáticos que tiveram subsídios aprovados foram efetivamente editados, nem permite que sejam percebidos quais os exemplares que submetidos à avaliação do INL foram reprovados.

Os contratos do ano de 1972 indicam a produção de seis milhões setecentos e cinquenta e sete mil cento e quinze exemplares de livros didáticos, dentre os quais quatro milhões seiscentos e quarenta e quatro mil quinhentos e noventa e nove pertenceriam ao INL e seriam distribuídos a escolas públicas e dois milhões cento e doze mil quinhentos e dezesseis seriam vendidos em livrarias por um preço pré-estabelecido. O montante despendido para a compra desses materiais soma 13.070.335,25 cruzeiros, o que equivaleria a 48.624,75 vezes o valor do salário mínimo no ano de 1972¹⁰.

Para o PLIDEF 1972 foram publicados livros de dezessete editoras: “Companhia Editora Nacional”, “Edart - São Paulo Livraria Editora Ltda.”, “Eddal Editora e Distribuidora Ltda.”; “Editora Bloch Editores S.A.”, “Editora Caminho Suave Ltda.”, “Editora Conquista Empresa de Publicações Ltda.”, “Editora Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S.A.”; “Editora do Brasil S.A.”, “Editora e Encadernadora Formar Ltda.”, “Editora e Livraria José Olympio S.A.”, “Editora Lemi Ltda.”, “Editora Livraria Tabajara S.A.”, “Série Cadernos Didáticos, Livros Cadernos Ltda.”, “Editora Vega S.A.”, “Editora Vigília Ltda.”, “J. Ozon Editor” e “Livraria Italiana Editora S.A.”.

Os dados sobre a participação das editoras podem ser melhor identificados no gráfico a seguir:

GRÁFICO 1. QUANTIDADE DE CONTRATOS VERSUS EDITORAS (PLIDEF/1972).



Elaborado pelas autoras. Fonte: BRASIL. TERMOS DE CONTRATO, DOU, 21/11/1972, p. 10395; BRASIL. TERMOS DE CONTRATO, DOU, 30/11/1972, p. 10701-10708; BRASIL. TERMOS DE CONTRATO, DOU, 05/12/1972, p. 10876-10877; e BRASIL. TERMOS DE CONTRATO, DOU, 29/12/1972, p. 11999-12003.

O gráfico 1 exemplifica a porcentagem do número de contratos estabelecidos por cada editora no PLIDEF/1972. É possível observar que quatro empresas a “Editora do Brasil S.A.”, a “Editora Livraria Tabajara S.A.”, a “Companhia Editora Nacional” e a “Editora Vigília Ltda.” somam aproximadamente 60% do número total dos contratos. As outras treze editoras rivalizam pelo restante dos contratos, entre essas as de menor representatividade são: “Eddal Editora e Distribuidora Ltda.”, “Editora Caminho Suave”, “Editora Vega S.A”, “J. Ozon Editor” e “Livraria Italiana Editora S.A.”, cada uma com cerca de 1%.

É interessante ressaltar que um baixo número de contratos de uma editora não corresponde, necessariamente, a um número reduzido de tiragem dos livros. Esse aspecto pode ser percebido pelo caso da “Editora Caminho Suave” que apesar de possuir apenas dois contratos no PLIDEF/1972 teria publicado pelo programa setecentos e noventa mil exemplares, um número superior, por exemplo, ao da “Editora Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S.A.”, que firmou oito contratos, mas publicou somente cento e oitenta mil exemplares.

OS LIVROS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DA LEITURA E DA ESCRITA PRODUZIDOS EM SISTEMA DE COEDIÇÃO PELO PLIDEF NO ANO DE 1972

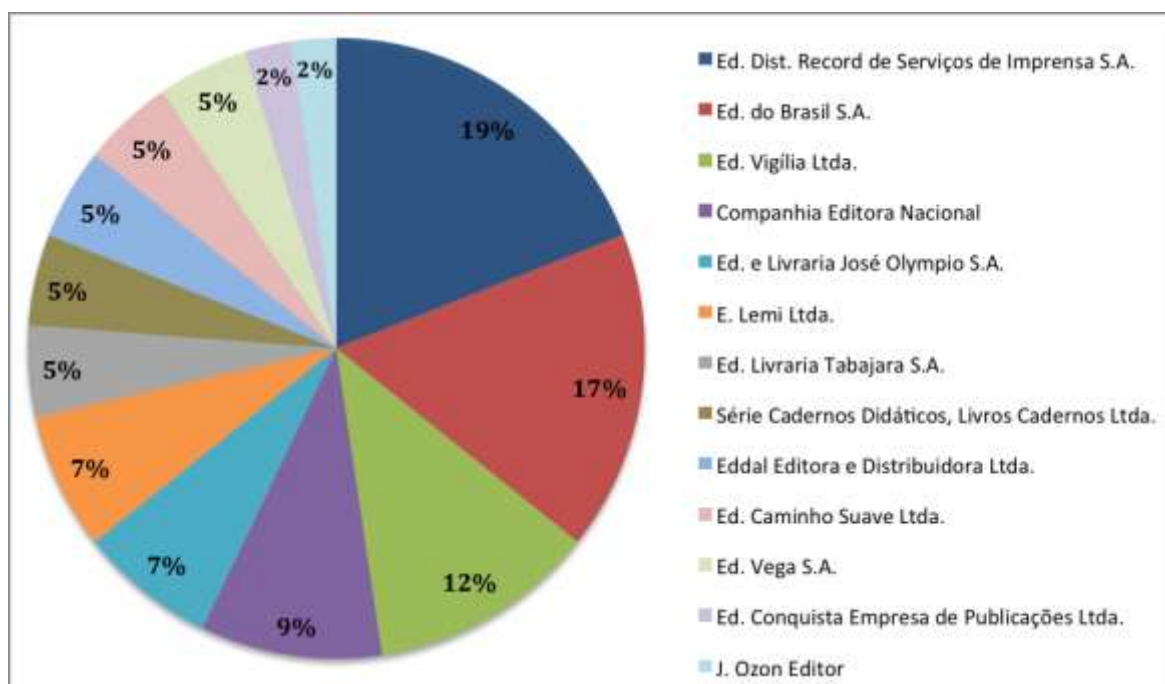
Ao tratar o termo ‘livros para o ensino da leitura e da escrita’ Peres e Facin (2010) afirmam que a “denominação variou ao longo do tempo, mas o objetivo sempre foi o mesmo: introduzir as crianças e os jovens e adultos não-leitores na cultura escrita” (p. 154). A partir dessa perspectiva foram considerados como livros voltados para o ensino da

leitura e da escrita os pré-livros, as cartilhas, os livros de leitura e os livros integrados para a 1ª série que possuíam a área de linguagem.

O PLIDEF/1972 aprovou quarenta e dois contratos para a produção desses materiais, o que representa uma porcentagem de 31% do total de livros, sendo que das dezessete editoras presentes no programa treze aprovaram contratos para a produção de livros para o ensino da leitura e da escrita: “Editora Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S.A.”, “Editora do Brasil S.A.”, “Editora Vigília Ltda.”, “Companhia Editora Nacional”, “Editora e Livraria José Olympio S.A.”, “Editora Lemi Ltda.”, “Editora Livraria Tabajara S.A.”, “Série Cadernos Didáticos, Livros Cadernos Ltda.”, “Eddal Editora e Distribuidora Ltda.”, “Editora Caminho Suave Ltda.”, “Editora Vega S.A.”, “Editora Conquista Empresa de Publicações Ltda.” e “J. Ozon Editor”.

Os dados referentes a porcentagem de contratos de livros para ensino da leitura e da escrita por editora no PLIDEF/1972 podem ser visualizados abaixo:

GRÁFICO 2. QUANTIDADE DE CONTRATOS LIVROS PARA O ENSINO DA LEITURA E DA ESCRITA VERSUS EDITORAS (PLIDEF/1972).



Elaborado pelas autoras. Fonte: BRASIL. TERMOS DE CONTRATO, DOU, 21/11/1972, p. 10395; BRASIL. TERMOS DE CONTRATO, DOU, 30/11/1972, p. 10701-10708; BRASIL. TERMOS DE CONTRATO, DOU, 05/12/1972, p. 10876-10877; e BRASIL. TERMOS DE CONTRATO, DOU, 29/12/1972, p. 11999-12003.

Os dados do gráfico 2 demonstram que as editoras que obtiveram um maior volume de contratos de livros para o ensino da leitura e da escrita foram a “Editora Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S.A.”, a “Editora do Brasil S.A.”, a “Editora Vigília Ltda.” e a “Companhia Editora Nacional”. Em comparação do gráfico 1 com o gráfico 2 podemos perceber a manutenção da “Editora do Brasil S.A.”, da “Editora Vigília Ltda.” e da “Companhia Editora Nacional” no controle majoritário do número de contratos em ambos os gráficos, e a substituição da “Editora Livraria Tabajara S.A.” pela “Editora Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S.A.” no segundo caso.

A seguir um demonstrativo com os dez títulos de maior tiragem total em relação aos livros para ensino da leitura e da escrita do PLIDEF/1972:

QUADRO 1. DEMONSTRATIVO DOS DEZ TÍTULOS COM MAIOR TIRAGEM TOTAL EM RELAÇÃO AOS LIVROS PARA O ENSINO DA LEITURA E DA ESCRITA (PLIDEF/1972).

Editora	Obra	Autoria	Tiragem Total	Tiragem INL	Montante Final (Cr\$)
Ed. Caminho Suave Ltda.	Caminho Suave - Pré-Livro	Branca Alves de Lima	600.000	39.056	108.575,68
Ed. Caminho Suave Ltda.	Caminho Suave - 1ª série	Branca Alves de Lima	190.000	128.183	448.640,50
Ed. do Brasil S.A.	As Mais Belas Histórias - Pré-Livro	Lúcia Casassanta	152.000	23.300	39.620,00
Ed. Vigília Ltda.	O Barquinho Amarelo - Pré-Livro	Ieda Dias da Silva	131.000	106.005	254.412,00
Ed. Vigília Ltda.	Meninos Travessos - Leit. Int.	Maria Yvone Atalécio de Araújo	113.000	98.024	159.267,64
Ed. do Brasil S.A.	Leitura na Escola Moderna - 1ª série	Nelly Acuyo e Nair Rebelo	110.000	87.651	184.277,10
Ed. Conquista Empresa de Publicações Ltda.	A Cartilha Que Eu Queria - Pré-livro	Heloisa Raposo Lage	100.000	84.147	151.464,60
Ed. Vigília Ltda.	Meninos Travessos - 1ª série	Maria Yvone Atalécio de Araújo	100.000	82.114	188.862,20
Ed. do Brasil S.A.	As Mais Belas Histórias - Leit. Int.	Lúcia Casassanta	88.000	42.311	88.853,10
Ed. Livraria Tabajara S.A.	Garotos Tevê - Pré e material complementar	Dorotty Fossati Moniz e Vanda Spieker Cafruni	87.000	75.952	345.581,60

Elaborado pelas autoras. Fonte: BRASIL. TERMOS DE CONTRATO, DOU, 21/11/1972, p. 10395; BRASIL. TERMOS DE CONTRATO, DOU, 30/11/1972, p. 10701-10708; BRASIL. TERMOS DE CONTRATO, DOU, 05/12/1972, p. 10876-10877; e BRASIL. TERMOS DE CONTRATO, DOU, 29/12/1972, p. 11999-12003.

Conforme consta nos dados do quadro 1 é possível observar o incentivo a produção de altas tiragens de livros para o ensino da leitura e da escrita através dos subsídios do INL. Entre esses materiais estão “Caminho Suave - Pré-Livro” de Branca Alves de Lima com uma tiragem estimada de 600 mil exemplares e “Caminho Suave - 1ª série” de Branca Alves de Lima, “As Mais Belas Histórias - Pré-Livro” de Lúcia Casassanta, “O Barquinho Amarelo - Pré-Livro” de Ieda Dias da Silva, “Meninos Travessos - Leit. Int.” de Maria Yvone Atalécio de Araújo, “Leitura na Escola Moderna - 1ª série” de Nelly Acuyo e Nair Rebelo, “A Cartilha Que Eu Queria - Pré-livro” de Heloisa Raposo Lage e “Meninos

Travessos - 1ª série” de Maria Yvone Atalécio de Araújo com tiragem igual ou superior a 100 mil exemplares.

Abaixo um demonstrativo das tiragens e do montante final recebido por cada editora em relação aos livros para ensino da leitura e da escrita no PLIDEF/1972:

QUADRO 2. DEMONSTRATIVO DAS TIRAGENS E DO MONTANTE FINAL RECEBIDO POR CADA EDITORA EM RELAÇÃO AOS LIVROS PARA O ENSINO DA LEITURA E DA ESCRITA (PLIDEF/1972).

Editora	Tiragem Total	Tiragem INL	Montante Final (Cr\$)
Ed. Dist. Record de Serviços de Imprensa S.A.	180.000	61.331	184.128,00
Ed. do Brasil S.A.	457.000	218.592	447.872,45
Ed. Vigília Ltda.	460.000	375.082	783.794,70
Companhia Editora Nacional	148.500	115.541	249.372,31
Ed. e Livraria José Olympio S.A.	45.850	22.863	95.650,40
E. Lemi Ltda.	70.000	45.000	99.660,00
Ed. Livraria Tabajara S.A.	133.000	120.728	452.138,48
Série Cadernos Didáticos, Livros Cadernos Ltda.	53.151	33.156	105.601,86
Eddal Editora e Distribuidora Ltda.	70.000	52.430	117.006,70
Ed. Caminho Suave Ltda.	790.000	167.239	557.216,18
Ed. Vega S.A.	40.000	19.327	47.412,90
Ed. Conquista Empresa de Publicações Ltda.	100.000	84.147	151.464,60
J. Ozon Editor	4.700	2.875	7.763,50
TOTAL	2.552.201	1.318.311	3.299.081,08

Elaborado pelas autoras. Fonte: BRASIL. TERMOS DE CONTRATO, DOU, 21/11/1972, p. 10395; BRASIL. TERMOS DE CONTRATO, DOU, 30/11/1972, p. 10701-10708; BRASIL. TERMOS DE CONTRATO, DOU, 05/12/1972, p. 10876-10877; e BRASIL. TERMOS DE CONTRATO, DOU, 29/12/1972, p. 11999-12003.

No que concerne aos cento e trinta e cinco contratos do PLIDEF/1972 os livros para o ensino da leitura e da escrita representam aproximadamente 37,77% da tiragem total, 28,38% da tiragem pertencente ao INL e 25,24% do montante final pago as editoras. Entre as editoras que fecharam contratos com a maior tiragem estão a “Editora Caminho Suave Ltda.”, a “Editora Vigília Ltda.” e a “Editora do Brasil S.A.”, todas um número aproximado aos quinhentos mil exemplares.

Embora os dados do quadro 2 indiquem um número significativo de tiragem total para livros de ensino da leitura e da escrita – dois milhões e quinhentos e cinquenta e dois mil duzentos e um exemplares – esse valor precisa ser relativizado em proporção do número de alunos. De acordo com “Anuário Estatístico do Brasil - 1972” havia cinco milhões seiscentos e noventa e dois mil cento e cinco matrículas no início do ano de 1970 para 1ª série no Brasil, número que provavelmente aumentou nos dois anos seguinte e que supera em mais de duas vezes a tiragem de livros para essa mesma faixa de ensino.

Os contratos discutidos nessa seção evidenciam a atuação de treze editoras na produção de livros para o ensino da leitura e da escrita, com destaque para a “Editora Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S.A.”, a “Editora do Brasil S.A.”, a “Editora Vigília Ltda.”, a “Companhia Editora Nacional” e “Editora Caminho Suave Ltda.”. O montante dispendido e as altas tiragens dos exemplares evidenciam a dimensão dos subsídios para esses materiais por parte do INL. Entretanto, os dados disponíveis no DOU não possibilitam perceber se os livros editados para o ensino da leitura e da escrita a partir do PLIDEF/1972 efetivamente circularam nas escolas e/ou atingiram o número de alunos esperado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governo federal buscava impor uma condução “harmônica e objetiva à política do livro” e um dos instrumentos eram os subsídios do INL através do PLIDEF (BRASIL. Portaria nº 427-BSB/1971. DOU, 21/07/1971, p. 5695). Havia uma preocupação com os materiais didáticos utilizados nas escolas e o PLIDEF permitia um controle dos livros, pois esses somente eram aprovados se possuísem um nível mínimo de qualidade de acordo com a visão educacional do MEC. Os subsídios também permitiam a produção de altas tiragens e o barateamento do preço dos exemplares.

Em relação aos materiais voltados para o ensino da leitura e da escrita observamos a atuação da indústria editorial na elaboração de pré-livros, cartilhas, livros de leitura e livros integrados. A presença de treze empresas produzindo quarenta e dois livros didáticos voltados para o ensino da leitura e da escrita no PLIDEF/1972 demonstra o interesse comercial na área. O fechamento de contratos que totalizam mais de dois milhões de livros por um montante equivalente a 3.299.081,08 cruzeiros também expressa o peso desse mercado. Outro dado relevante foi a presença de alguns fenômenos editoriais como o material “Caminho Suave - Pré-Livro” de Branca Alves de Lima, em que o contrato determinava a produção de uma tiragem superior a meio milhão de exemplares.

Além dos aspectos já apresentados, esse trabalho procurou, ao abordar as obras subsidiadas pelo Estado durante o ano de 1972 e as relações estabelecidas entre INL e as editoras, contribuir também para o desenvolvimento de outro olhar sobre o sistema educacional brasileiro durante o regime político da ditadura civil-militar e para uma maior problematização do livro didático como artefato material e bem de consumo, sujeito a interferências de condições políticas, econômicas e tecnológicas.

REFERÊNCIAS

Fontes:

BRASIL. **Decreto-Lei nº 93/1937**. Cria o Instituto Nacional do Livro. Diário Oficial da União. 27/12/1937, p. 25586. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html>>, acesso em 15 de outubro de 2012.

BRASIL. **Decreto nº 58.653/1966**. Institui no Ministério da Educação e Cultura o Conselho do Livro Técnico e Didático. DOU, 20/06/1966, p. 6603. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58653-16-junho-1966-378849-publicacaooriginal-1-pe.html>>, acesso em 15 de outubro de 2012.

BRASIL. **Decreto nº 59.355/1966**. Institui no Ministério da Educação e Cultura a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e revoga o Decreto número

58.653-66. Diário Oficial da União. 05/10/1966, p. 11468. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=59355&tipo_norma=DEC&data=19661004&link=s>, acesso em 15 de outubro de 2012.

BRASIL. **Decreto nº 68.728/1971**. Provê sobre a política do livro técnico e do livro didático e dá outras providências. Diário Oficial da União. 11/06/1971, p. 4456-4457. Acervo IF-SUL - Campus Pelotas.

BRASIL. **Lei nº 5692/1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União. 12/08/1971, p. 6377-6380. Acervo IF-SUL - Campus Pelotas.

BRASIL. **Portaria nº 6-GB/1971**. Constitui Comissão de Inquérito encarregada de apurar irregularidades na COLTED – Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático. Diário Oficial da União. 19/03/1971, p. 2158. Acervo IF-SUL - Campus Pelotas.

BRASIL. **Portaria nº 178/1971**. Constituição de Grupo-Tarefa. Diário Oficial da União. 07/04/1971, p. 2682. Acervo IF-SUL - Campus Pelotas.

BRASIL. **Portaria nº 427-BSB/1971**. Diário Oficial da União. 21/07/1971, p. 5695. Acervo IF-SUL - Campus Pelotas.

BRASIL. **Portaria nº 307-BSB**. Regulamenta o Regime de Coedição do Instituto Nacional do Livro. Diário Oficial da União. 28/05/1971, p. 4063. Acervo IF-SUL - Campus Pelotas.

BRASIL. **Termos de Contrato**. Instituto Nacional do Livro. Diário Oficial da União. 21/11/1972, p. 10395. Acervo IF-SUL - Campus Pelotas.

BRASIL. **Termos de Contrato**. Instituto Nacional do Livro. Diário Oficial da União. 30/11/1972, p. 10701-10708. Acervo IF-SUL - Campus Pelotas.

BRASIL. **Termos de Contrato**. Instituto Nacional do Livro. Diário Oficial da União. 05/12/1972, p. 10876-10877. Acervo IF-SUL - Campus Pelotas.

BRASIL. **Termos de Contrato**. Instituto Nacional do Livro. Diário Oficial da União. 29/12/1972, p. 11999-12003. Acervo IF-SUL - Campus Pelotas.

BRASIL. **Anuário Estatístico do Brasil – 1972**. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Fundação IBGE. Rio de Janeiro, 1972. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1972.pdf>, acesso em 26 de abril de 2013.

Bibliografia:

BAER, Lorenzo. **Produção gráfica**. 6ª edição. São Paulo: Senac-São Paulo, 2005.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Um Objeto Variável e Instável: Textos, Impressos e Livros Didáticos. In: ABREU, Márcia (org.). **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas: Mercado das Letras, 1999. p. 529-575.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. O conceito de “livros didáticos”. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes (org.). In: **Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história**. Campinas: Mercado das Letras, 2009. p. 41-73.

BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CALDAS, Elaine F. **A trajetória dos Programas Oficiais de Leitura e da Biblioteca Pública no Brasil durante o período de 1937-2004**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2005.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean e outros (orgs.). **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

CLARK, Jorge Uilson; NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus e SILVA, Romeu

- Adriano. A administração escolar no período do governo militar (1964-1984). **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n. especial, p.124-139, ago. 2006.
- CORSETTI, Berenice. A análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. **UNirevista**. São Leopoldo, vol. 1, n. 1, p. 32-46, janeiro 2006.
- DEL PRIORE, Mary e VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2012.
- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.
- FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **Os processos de avaliação de livros didáticos no Brasil (1938-1984)**. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva e MACIEL, Francisca Izabel Pereira. Fontes para a história da alfabetização e dos livros em Minas Gerais: os impressos e arquivo. In: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva e MACIEL, Francisca Izabel Pereira. **História da alfabetização: produção, difusão e circulação de livros (MG/RS/MT – Séc. XIX e XX)**. Belo Horizonte: UFMG/FaE, 2006. p. 35-62.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.
- HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: EDUSP, 1985.
- KRAFZIK, Maria Luiza. **Acordo MEC/USAID – A Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático – COLTED (1966-1971)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- LAJOLO, Maria. Livro didático: um (quase) manual de usuário. **Em Aberto**. Brasília, ano 16, n. 69, p. 3-9, jan./mar. 1996.
- MAGALHÃES, Justino. O manual escolar no quadro da história cultural: para uma historiografia do manual escolar em Portugal. **Sísifo**. Lisboa, n. 1, p. 5-14. Disponível em <<http://sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/01-Justino.pdf>>, acesso em 15 de outubro de 2012.
- OITICICA, Ricardo Beserra da Rosa. **Instituto Nacional do Livro e as Ditaduras**: Academia Brasileira dos Rejeitados. Tese (Doutorado em Letras), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- OLIVEIRA, João Batista; GUIMARÃES, Sonia Dantas e BOMÉNY, Maria Bousquet. **A política do livro didático**. São Paulo: Sumus, 1984.
- OTERO, Maria Mercedes Dias. **Censura de Livros durante a Ditadura Militar: 1964-1978**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- PERES, Eliane e FACIN, Helenara. A produção didática da professora Nelly Cunha e suas contribuições para o ensino da leitura no Rio Grande do Sul (décadas de 1960-1980). In: SCHWARTZ, Cleonara; PERES, Eliane e FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva (orgs.). **Estudos de história da alfabetização e da leitura na escola**. Vitória: EDUFES, 2010. p. 137-170.
- PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 114, p. 179-195, novembro de 2001.

¹ Uma primeira versão desse texto foi apresentada no II Seminário Internacional sobre História do Ensino da Leitura e da Escrita (SIHELE), Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

² Existem diferentes conceitualizações em relação ao termo “livro didático”, conforme apontam, entre outros, Batista (1999, 2009) e Lajolo (1996). Nesse estudo optou-se por compreender o livro didático como o objeto impresso que foi desde sua concepção elaborado para o uso escolar.

³ O INL foi responsável pela distribuição de subsídios para a produção de livros didáticos entre o período de 1971 a 1976. O recorte temporal em 1972 foi feito em função de ser esse o primeiro ano de publicação de contratos entre o INL e as editoras.

⁴ O DOU é um órgão de comunicação oficial da Imprensa Nacional composto por três seções. A Seção I divulgava com periodicidade diária, no período estudado, os Atos do Legislativo, os Atos do Executivo, os despachos do Presidente da República, as ações dos Ministérios, as decisões do Tribunal de Contas, os Termos de Contrato, os Editais e Avisos, as Sociedades e os Anúncios.

⁵ O sistema de impressão *offset* foi descoberto por Ira Washington Rubem no ano de 1903. O *offset* é embasado no processo de transferência indireta da tinta através de pressão e pode ser utilizado na produção dos mais diferentes materiais, como livros, revistas, folhetos, caixas, cartuchos, plásticos e metálicos (BAER, 1995).

⁶ De acordo com Fico (2004) o projeto repressivo da ditadura era baseado nos pilares da espionagem, da política de censura da imprensa, da censura de diversões públicas e da propaganda política. A censura da imprensa objetivava temas políticos e acompanhou o auge da repressão, a censura de diversões públicas era praticada em defesa da moral e dos bons costumes e teve o ápice no final dos anos 1970.

⁷ Os acordos MEC/USAID caracterizaram a intervenção norte-americana no sistema brasileiro de ensino durante a ditadura civil-militar, e ocasionaram protestos por parte de professores e alunos (GORENDER, 1987).

⁸ Para Clark, Nascimento e Silva (2006, p. 129) as principais transformações introduzidas pela Lei 5.692/1971 foram “a extensão da obrigatoriedade escolar para oito anos, com a fusão dos antigos cursos primários e ginásio e a extinção do exame de admissão; a introdução do ensino profissionalizante através dos ginásios orientados para o trabalho (GOT) e a implantação da profissionalização compulsória no ensino de 2º grau”.

⁹ A numeração dos contratos não segue uma ordem sequencial.

¹⁰ O valor do salário mínimo corresponde a 268,80 cruzeiros nos meses de maio a dezembro do ano de 1972. Fonte: Pró-reitoria de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <<http://www.uel.br/proaf/informacoes/indices/salminimo.htm>>, acesso em 26 de abril de 2013.

Recebido: ago-13

Aprovado: mai-14